

# NARRAÇÃO HISTÓRICA, NARRAÇÃO LITERÁRIA: UMA APROXIMAÇÃO POSSÍVEL

Maria Lucinete Fortunato<sup>1</sup>

Raquel Thomaz de Andrade<sup>2</sup>

Desde o final do século XX quando, com as incertezas decorrentes da crise dos modelos de compreensão e de inteligibilidade até então adotados por historiadores, o caráter de verdade do espaço histórico foi posto em xeque, observa-se um processo de substituição da noção de *história-relato* pela de *história-problema* e, conseqüentemente, a necessária intersecção entre a perspectiva historiográfica e as diversas disciplinas que compõem o conhecimento do humano, como a antropologia, a psicanálise, a semiótica, a lingüística, a iconografia e/ou a literatura.

Dessa relação interdisciplinar, emerge a consideração, no campo da historiografia, de que o trabalho do historiador, qualquer que seja sua forma, é uma narrativa que pode ser vislumbrada tal como a narrativa literária.

Os debates teóricos acerca da relação entre história, narrativa e literatura levantam questionamentos como: 1 - Se a história e a literatura são dois campos de conhecimento distintos, de que maneira eles dialogam? 2 - Quais contribuições esses dois espaços de escrita fazem para a produção de conhecimento? 3 - Que verdade é essa que serve como referência para a história e é vista por determinados autores como a peça diferenciadora das duas disciplinas? Esta problemática tem recebido atenção de diversos estudiosos.

Visando contribuir com esta discussão, a proposta deste artigo é tentar perceber como esses dois campos podem se relacionar entrelaçando seus saberes, sem estabelecer uma situação hierárquica, onde a ciência subjugaria a arte, ou vice-versa.

Paul Veyne<sup>3</sup>, ao discutir “como se escreve a História”, não separa a história das formas literárias tradicionais. Para ele, as explicações que ela produz são apenas a maneira que a narrativa tem de se organizar em uma intriga compreensível e, portanto, ela só serviria para fins de curiosidade.

Paul Ricoeur<sup>4</sup> também oferece uma importante contribuição para esse debate. Em *Tempo e Narrativa*, ele vê os procedimentos da escrita histórica constituídos pelos modelos de explicação que permitem compreender as ações e decisões dos indivíduos nas narrativas de ficção ou não. Neste sentido, afirma que

---

<sup>1</sup> Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas. Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande.

<sup>3</sup> VEYNE, Paul. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história..* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 37-45.

<sup>4</sup> RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papyrus, 1994.

*Imitar ou representar a ação é, primeiro, pré-compreender o que ocorre com o agir humano: com sua semântica, com sua simbólica, com sua temporalidade. É sobre essa pré-compreensão, comum ao poeta e ao seu leitor, que se ergue a tessitura da intriga e, com ela, a mimética textual e literária*<sup>5</sup>.

Ao mesmo tempo, Ricoeur considera que a narrativa é a única maneira de humanizar o tempo, e por isso mesmo, legítima sua própria importância. A narrativa seria, dessa forma, uma espécie de reconfiguração das ações humanas, funcionando como uma imitação criadora das experiências temporais.

Nesta mesma direção, o lingüista americano, Hayden White<sup>6</sup>, questionou o caráter “científico” da história, aproximando-a da literatura de ficção ao defender que:

*O modo como uma determinada situação histórica deve ser configurada depende da sutileza com que o historiador harmoniza a estrutura específica de enredo com o conjunto dos acontecimentos históricos aos quais deseja conferir um sentido particular. Trata-se, essencialmente, de uma operação literária criadora de ficção.*<sup>7</sup>

A tese de White provocou mal estar no campo historiográfico, e, por isso mesmo, recebeu respostas contundentes de autores como Ginzburg<sup>8</sup> e Roger Chartier<sup>9</sup>.

Roger Chartier, por exemplo, ao demarcar a natureza de um conhecimento histórico construído em referência à realidade social, defende que este nem é narrativa literária, nem segue um paradigma “galileano” de ciência que exclui a consciência dos atores dos processos sociais. No artigo *Figuras Retóricas e representações históricas* (2002), Chartier discute a relação entre história e literatura e tece uma crítica à obra de Hayden White cujas considerações enfatizam os seguintes questionamentos:

*Se a história produz um conhecimento que é idêntico àquele gerado pela ficção, nem mais nem menos, como considerar (e por que perpetuar) essas operações tão pesadas e exigentes que são a constituição de um corpus documental, o controle dos dados e das hipóteses, a construção de uma interpretação? Se realmente o discurso histórico assemelha-se à ficção narrativa, e até mesmo converge com ela, tanto pelas estratégias que emprega para atribuir um sentido aos acontecimentos quanto pelo tipo de verdade com o qual lida, se a realidade dos fatos tramados não importa à natureza do saber produzido, a operação historiográfica não seria tempo e pena perdidos?*<sup>10</sup>

E conclui que:

---

<sup>5</sup> IBID p. 101

<sup>6</sup> WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre crítica da cultura*. São Paulo. Edusp. 1994.

<sup>7</sup> IBID p. 102

<sup>8</sup> Cf. GINZBURG, Carlo. *O extermínio dos judeus e o princípio de realidade*. In MALERBA, Jurandir. *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto – 2006, p. 211- 231.

<sup>9</sup> CHARTIER, Roger. *À beira da Falésia: história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Edição Universitária/UFRGS, 2002.

<sup>10</sup> IBID p. 122

*Estabelecer a verdade referencial dos discursos históricos não é tarefa fácil, mas considerar a tentativa como vã e inútil é anular toda possibilidade de atribuir qualquer especificidade à história, já que não lhe são próprias nem as prefigurações tropológicas, nem suas modalidades narrativas, nem mesmo o fato de que seu discurso é sobre o passado.<sup>11</sup>*

De acordo com esta compreensão, Chartier propõe um desafio para encontrar as especificidades da narrativa histórica, distanciando-a das outras formas de escrita. A resposta para essa busca parece estar no método da disciplina. A trama desenhada pelo historiador só é possível quando se coleta dados, estabelecem-se conexões e se propõem resoluções para decifrar as intrigas ali descritas. Dessa forma, a história se vale de citações, de materiais, e de uma construção, o tratamento de dados, a produção de hipóteses e a verificação crítica dos resultados para se legitimar como narrativa distinta da literária. Ao elucidar essa resposta, o autor critica os que igualam os dois campos, pois, estes produzem conhecimento de natureza diferente.

Compactuando com essa compreensão, Michel de Certeau<sup>12</sup> defende que o que determina as escolhas dos historiadores é muito mais o lugar que eles ocupam na “instituição de saber” do que o prazer de sua subjetividade. O que dá coerência ao seu discurso não é apenas o respeito às regras próprias dos gêneros literários que eles empregam, mas as práticas específicas determinadas pelas técnicas de sua disciplina.

Sandra Jatahy Pesavento<sup>13</sup> embora não explicita uma preocupação sistemática em delimitar os campos da história e da literatura, ao tratar da questão elucidada que tanto a literatura quanto a história guardam relação com o real, construindo sobre ele uma nova versão e constituindo-se como narrativas que têm a vida como referência. Para esta autora, a verdade das fontes ficcionais está na possibilidade de leituras das questões que constituem uma determinada temporalidade.

*O mundo da ficção literária — este mundo verdadeiro das coisas de mentira — dá acesso para nós, historiadores, às sensibilidades e às formas de ver a realidade de um outro tempo, fornecendo pistas e traços daquilo que poderia ter sido ou acontecido no passado e que os historiadores buscam. Isto implicaria não mais buscar o fato em si, o documento entendido na sua dimensão tradicional, na sua concretude de “real acontecido”, mas de resgatar possibilidades verossímeis que expressam como as pessoas agiam, pensavam, o que temiam, o que desejavam.<sup>14</sup>*

Desse modo, as possíveis diferenças entre história e literatura não podem ser simplificadas e reduzidas ao debate dicotômico entre realidade *versus* ficção ou ciência *versus* arte. É importante tentar compreender como essas duas formas de apreensão da realidade se constituem, examinando suas aproximações e

<sup>11</sup> IBID p 116

<sup>12</sup> CERTEAU, Michel. *A operação historiográfica*. In CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

<sup>13</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & Literatura: Uma nova velha história*. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/index1560.html#bodyftn10>

<sup>14</sup> Idem.

distanciamentos e delimitando seus saberes produzidos.

Ao fazer uma comparação entre literatura e filosofia, Franklin Leopoldo e Silva<sup>15</sup>, aproxima essas duas instâncias da escrita, afirmando que tanto na literatura quanto na filosofia pode-se encontrar a busca de compreensão do real para além do conjunto de significações que a vida cotidiana nos torna familiares. O autor descreve na apreciação de uma obra de arte, o reconhecimento, através daquele estranho universo criado, de uma verdade que ultrapassa os fatos cotidianos.

*A relação estética nos compromete porque a criação artística só pode ser entendida nos termos de uma participação. E se, ao participar, concordamos com o que nos é mostrado, deixamo-nos levar pela descrição desse mundo, que, entretanto, não era nosso, é porque, certamente, compreendemos que o insuspeitado e o inesperado trazem algo de verdadeiro, que, uma vez mostrado, não podemos deixar de ver, com o que não podemos deixar de concordar, por ser a verdade da realidade, e trazem a força do caráter impositivo que advém de serem o mesmo a verdade e a realidade. E assim percebemos porque o autor escreveu: percebemos por que o que o moveu é também aquilo que nos move, não porque sejamos capazes de repetir o que ele fez, mas simplesmente porque o que ele nos mostrou, por ser real e verdadeiro, incorporou-se àquilo que de mais profundo sabemos sobre as coisas e sobre nós.*<sup>16</sup>

É interessante ver como nesse discurso, a arte, pela sua capacidade de lidar com o insuspeitável e o inesperado, desperta uma percepção de verdade a partir de um mundo exterior ao do seu apreciador. Essa postura, tanto se afasta como se aproxima do discurso nietzschiano sobre a relação entre verdade e arte. Tanto no discurso de Nietzsche, quanto no de Silva, a arte é capaz de fornecer ao homem experiências de verdade, mesmo traduzindo um mundo distinto daquele de seus apreciadores. No entanto, para Nietzsche, a verdade não é passível de apreensão verbal, assim, a verdade encontrada na arte seria uma verdade ilusória.

Verdade e arte se contrapõem em Nietzsche, à medida que esta última funciona como uma espécie de redentora do espírito racional, que não passaria de uma ilusão constituída de uma série de convenções estabelecidas. Como na arte, que não é exigido esse “instinto de verdade”, ela será capaz de possibilitar ao homem a experiência dionisíaca.

Nietzsche critica a ciência por elencar a “verdade” como valor supremo, descartando completamente o valor da aparência, ou seja, da arte, ao mesmo tempo em que ele mesmo hierarquiza ciência e arte, colocando esta em um nível demasiadamente superior à primeira. Arte e Ciência, vistas por Nietzsche são duas formas de ilusão, mas somente a estética pode oferecer ao homem uma “experiência de verdade”, ironicamente, baseada na aparência, ou seja, na mentira e na ilusão.

---

<sup>15</sup> SILVA, Franklin Leopoldo e. Bérqson, *Proust: tensões do tempo*. In. NOVAES, Adauto. *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 p. 142.

<sup>16</sup> IBID. p. 142

De acordo com essa compreensão, no artigo *Literatura como Espelho da Nação*<sup>17</sup>, a filósofa Mônica Pimentel Velloso afirma que a relação entre a literatura ficcional brasileira e a realidade é ilusória. Pois, se o real é a matéria prima para construção de uma escrita objetiva para a criação de uma nação, esse mesmo real é interiorizado e subjetivado pelos seus autores.

Velloso elucida a tradição documental da literatura brasileira e defende a tese de que no Brasil coube às obras ficcionais o dever de retratar o país, como uma tentativa de apreender e representar a nação. Desta forma, não interessaria à literatura tupiniquim estabelecer uma transfiguração da realidade, seria importante buscar através da ficcionalidade uma imagem verdadeira da nação. Neste caso, problematiza-se a aproximação entre discurso literário e discurso histórico, verossimilhança e realidade.

Nesta perspectiva, não se deve ver as obras literárias simplesmente como um testemunho da sociedade. Encarar a escrita ficcional como uma produção social, não significa aceitá-la como um espelho da realidade. Pelo contrário, é preciso compreender que se a literatura, embora tenha o real como referente, nem sempre visa apreendê-lo, muitas vezes pode insurgir-se contra ele, negá-lo, estabelecendo com ele uma relação “necessária, contraditória e imprevisível”<sup>18</sup>

Considerando que tanto a história quanto a literatura guardam relações com o chamado “real”, como, então, compreender a distinção que separa a construção de seus campos de saber? A verdade construída pela história, como já foi dito anteriormente, está baseada tanto numa metodologia, quanto no lugar de construção do seu discurso. Já a literatura, passa a ser considerada uma aliada da história por ser capaz de dar acesso aos historiadores às sensibilidades e às formas de ver o mundo, mas a produção de seu saber não pode ser definida de acordo com uma relação de submissão a uma ciência.

Se o saber histórico está relacionado a uma produção de versões verossímeis com a realidade, baseada num rígido aparato metodológico, que saber produziria ficção, cujo universo é criado de acordo com o livre arbítrio de seus autores?

O historiador que mergulha em fontes literárias, lhes atribui significados, elucida suas interseções ou dissonâncias com uma determinada temporalidade, mas não é ele o responsável pela apreensão objetiva do conhecimento gerado por esse discurso.

No Brasil, as análises historiográficas sobre o Estado Novo, sobretudo as empreendidas a partir da década de 1980, ressaltam essa interpenetração entre história e literatura. Na tentativa de se construir um “passado nacional”, de proporções quase épicas, assistiu-se a um florescimento de uma cultura histórica constituída pela apropriação não apenas de obras históricas, como também de outros conjuntos de práticas e discursos que abordavam temas como “povo” e “nação”, numa busca ao passado, como fonte para inscrição de uma nacionalidade.

Velloso relata o esforço desse regime em (re)elaborar a história da literatura no Brasil, para assim, construir uma nova imagem para a nação:

---

<sup>17</sup> VELLOSO, Monica Pimental. *A literatura como espelho da nação*. Disponível em: [http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/o-z/FCRB\\_MonicaVelloso\\_Literatura\\_espelho\\_nacao.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/o-z/FCRB_MonicaVelloso_Literatura_espelho_nacao.pdf)

<sup>18</sup> Idem

*Vivendo um momento de afirmação da identidade nacional, o regime se esforça por capitalizar os grandes nomes de nossa literatura, transformando-os em “vultos nacionais”, responsáveis pela nossa história pátria. Da mesma forma que a concepção clássica da história, a literatura também aparece como “mestra da vida”, destinada aos exemplos edificantes e virtuosos. Assim, ela aparece como urna espécie de feito nacional realizado pelos nossos heróis-escritores. Associa-se então explicitamente a literatura à nação, transformando-se a primeira num espelho capaz de estampar com perfeição a imagem da nacionalidade. Essas idéias dão uma dimensão da importância que, durante o Estado Novo, é atribuída à literatura, vista como elemento-chave na constituição da nação. Não é à toa que o regime propõe que seja feita uma nova história da literatura brasileira.<sup>19</sup>*

Essa busca “estado novista” em alargar o espaço de conhecimento histórico para além dos estudos feitos no interior das ciências humanas também é descrita pela historiadora Ângela de Castro Gomes<sup>20</sup>. Esta autora, numa tentativa de elucidar como e com que recursos de poder uma determinada cultura histórica foi construída nas décadas de 1930 e 1940 no país, fez uma análise sobre o passado como fonte de explicação para o novo, chamando atenção para o resgate literário empreendido durante o governo de Getúlio Vargas.

Esse passado brasileiro emergido no Estado Novo não foi construído apenas de estudos propriamente históricos, a literatura e até mesmo as práticas cotidianas do país serviram como instrumento para constituição dessa memória coletiva. Essa percepção nos remete a possibilidade de enxergar os campos da escrita, e mesmo dos gestos e de outras formas de comunicação, como construções discursivas carregadas de poder para cristalização de verdades, nem sempre ancoradas por um aparato metodológico como é o caso da ciência histórica.

Portanto, para estudos mais aprofundados, seria interessante questionar na literatura tanto a vontade de se representar o real, quanto a vontade de negá-lo. Da mesma forma, seria necessário compreender como se constroem os relatos históricos de verossimilhança com a realidade, demandando problemáticas sobre as significações desse “real” no jogo de poderes.

Para além das tentativas de hierarquização da produção de saberes desses dois campos, é interessante percebê-los, ainda, como instâncias que estão carregadas de interesses, sejam de seus autores, sejam dos lugares que ocupam nas suas respectivas instituições de saber. Walter Benjamin alertou para a dinâmica entre narrador e narrativa ao afirmar que “[A narrativa] mergulha a coisa na vida do narrador, para em seguida retirá-la dele. Assim imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso.”<sup>21</sup> Portanto, a narrativa estará sempre presa ao

<sup>19</sup> VELLOSO, op. cit.

<sup>20</sup> GOMES, Ângela de Castro. *Cultura Política e cultura histórica no Estado Novo*. In: ABREU, Marta, SOIHET, Rachel, GONTIJO, Rebeca. *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensinos de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

<sup>21</sup> BENJAMIN, Walter. *O narrador. Considerações sobre a obra de Nicolai Leskov*. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, arte e política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. p. 205.

seu autor, seja a narrativa histórica, seja a ficcional.

Mas as narrativas estariam imbuídas não só pelas experiências de seus autores, como também pelos seus interesses decorrentes do lugar que ocupam nas instituições de saber. Dessa forma, para além de uma delimitação dos espaços ocupados pelas duas instâncias, é preciso compreender tanto a narrativa histórica, quanto a narrativa literária como formas de discursos, imbuídos de relações de poder/saber.

O discurso, no sentido definido por Michel de Foucault, é visto como uma forma de ordenação de objetos, e não simplesmente como um agrupamento de signos, passando a ser reconhecido como um agente influente nas relações de poder. Foucault sugere que se busquem as presenças de relações de poder nos lugares menos óbvios, fugindo da percepção que apenas o aparato estatal condensa tudo concernente a conjuração de forças. O poder, dessa forma, se exerce através de discursos e das imagens construídas por estes tanto no campo histórico, quanto no literário.

*em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e distribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade<sup>22</sup>*

Essa percepção traz uma contribuição para a historiografia contemporânea, a qual, ao longo do século XX, foi tendendo a valorizar cada vez mais a dimensão da fonte histórica textual, desenvolvendo uma história do discurso no sentido de que toma como fontes os discursos orais e escritos produzidos por uma sociedade, sejam eles políticos, literários, documentais etc., analisando-os como objetos de significação e de comunicação cultural<sup>23</sup>.

Os trabalhos de história política, que se vinculam à “Nova História Cultural” são emblemáticos dessa postura. A análise política do discurso tal como é proposta por Foucault sugere que o historiador deva buscar a percepção das relações de poder nos lugares menos previsíveis, menos formalizados, menos anunciados. O discurso, considerado dessa forma, produz, atualiza e faz circular sentidos dentro de um arcabouço de significações, atuando em instituições, processos econômicos, formas de comportamentos e nas maneiras de classificar e caracterizar a realidade. O que o torna um produtor de efeitos variados, compondo um mosaico de exclusões, hierarquias, ao cristalizar-se em instituições de verdade, formulando, assim, relações de poder e força.

Assim, o método genealógico de Foucault exige do historiador uma abordagem meticulosa, que passe a cultivar os detalhes, o acidental, aquilo que aparentemente é insignificante, mas que pode, precisamente, compor com outros elementos a chave para a compreensão das relações sociais examinadas. Identificar os lugares de exclusão, de interdição, de controle que se inscrevem no discurso ou nos sistemas

---

<sup>22</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2000. p. 56

<sup>23</sup> Sobre essa questão, Cf. BARROS, José D'Assunção. *História política, discurso e imaginário: aspectos de uma interface*. In. *Sæculum - REVISTA DE HISTÓRIA* [12]; João Pessoa, jan./ jun. 2005, p. 128-141.

de normas que regem as práticas discursivas, sejam elas orais ou escritas, também passa a compor o “metier” do historiador.

De acordo com essa compreensão, mesmo considerando história e literatura como campos distintos do saber, é impossível ignorar todos os seus cruzamentos e permeações. Além de se aproximarem pela forma narrativa, a história e a ficção estabelecem uma simbiose que ultrapassa as formas de escrita. Por isso tem sido freqüente a utilização de obras literárias como fontes para estudos no campo da história, afinal o uso de fontes literárias pode permitir ao historiador ter um acesso privilegiado do imaginário de várias épocas, encontrando, assim, as “verdades do mundo simbólico”.

Portanto, guardadas as devidas proporções, narrativa histórica e narrativa literária são saberes cuja aproximação se torna possível, na construção do conhecimento, à medida que não sejam pensados de forma dicotômica como “realidade x ficção” e/ou “ciência x arte”.

Afinal, enxergar a literatura e a história como discursos de uma determinada realidade, além de problematizar o fazer da própria disciplina, é colocar em relevo uma série de novas fontes possíveis, como as narrativas históricas e literárias. Através dessa concepção pode-se pensar, por exemplo, numa história política das sensibilidades, dos sentimentos, e das percepções e formas de contar o mundo, de modo que a aproximação entre narrativa histórica e narrativa literária abra espaço para despertar o insuspeitado e o inesperado do “real”, por meio de novas reinvenções e leituras possíveis acerca do que chamamos de realidade.

\*\*\*

## RESUMO

Este artigo discute as relações estabelecidas entre a narrativa histórica e a narrativa literária, visando compreender a forma como esses dois campos de conhecimentos distintos dialogam, ao analisar suas aproximações e seus distanciamentos. Para isso serão elucidadas as relações que tanto a literatura, quanto a história guardam com o "real". O caráter científico da disciplina histórica é problematizado, e também serão discutidas as contribuições que essas duas formas narrativas podem trazer para a produção de conhecimentos. Outros tópicos debatidos ao longo do artigo são os usos que os estudos históricos podem fazer das obras literárias, bem como a perspectiva em que as narrativas literária e histórica são vistas como discursos imbuídos de poder.

**Palavras Chave:** História; Literatura; Discurso.

## ABSTRACT

This article discuss the relationship between the historical literary narrative, seeking to understand how these two different fields of knowledge dialogue, by examining their approaches and their detachment. It will be elucidated the relationship that both the literature, as the history guard with the "real", so that the scientific discipline of history is problematized, and also will be discussed what contributions the two narrative forms can bring to the production of knowledge. Other topics debated throughout the article are the uses that history can do of literary works, as well as the perspective in which literary and historical narratives are seen as speeches imbued with power .

**Keywords:** History; Literature; Speeches.